

# COEDUCAÇÃO E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Prefácio  
de  
IRENE VAQUINHAS

CADERNOS COEDUCAÇÃO

**TERESA PINTO**

Comissão para a Igualdade  
e para os Direitos das Mulheres

**FERNANDA HENRIQUES**

Universidade de Évora

COMISSÃO PARA A IGUALDADE E PARA OS DIREITOS DAS MULHERES

## PREFÁCIO

**A** proclamação de princípios universais teve um papel fundamental na história da obtenção de direitos femininos. A promessa revolucionária de *liberdade, igualdade e fraternidade* contida na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, constituiu o fundamento sobre o qual as mulheres reivindicaram o seu direito à cidadania nas sociedades ocidentais desde finais do século XVIII.

De facto, a Revolução Francesa colocou de uma forma inequívoca a questão do lugar da mulher na sociedade civil, tendo sido o ponto de partida para a mobilização feminina a favor da exigência de direitos. Pondo-se em causa a incoerência da teoria democrática liberal, criticava-se, sobretudo, a desadequação entre os princípios formulados e as práticas seguidas, ou seja, a incompatibilidade entre o individualismo abstracto que postula a universalidade dos direitos à igualdade e a realidade concreta que, fundamentada no direito específico à diferença, impedia as mulheres de exercerem esses mesmos direitos. O feminismo nasceu precisamente da contestação desta exclusão e da tomada de consciência do estatuto ambíguo das mulheres na sociedade, reconhecidas como sujeitos de direito, mas a quem era negada participação política.

Ao longo do século XIX, o esforço por uma sociedade mais igualitária e justa conduzirá à promoção da instrução feminina como uma condição *sine qua non* da realização da igualdade de direitos na vida pública e privada. Na verdade, *a vontade de saber* é uma questão central do acesso à cidadania, sendo reivindicada por todos aqueles que consideravam injusta a situação da mulher perante a cultura e a instrução e aspiravam à sua satisfação pessoal como ser moral e intelectual.

Paradoxalmente é em nome da diferença biológica - o papel da maternidade e a educação dos filhos, “essas almazinhas de plasticina que são os cidadãos do futuro”, nas palavras de Ana de Castro Osório - que se invoca o direito à instrução. Argumento táctico, de conteúdo eminentemente estratégico, mas de indiscutível eficácia pragmática. Numa primeira fase,

e ainda no decurso do século XIX, reconhece-se o direito à instrução; seguir-se-á assegurar às mulheres conteúdos de estudo semelhantes aos do sexo masculino e finalmente, já no século XX, permitir-lhes o exercício remunerado dos conhecimentos adquiridos. Etapas que não são, nem coincidentes no tempo nem simultâneas entre países.

A instrução feminina surge, assim, como um imperativo decorrente do respeito pelos direitos fundamentais, proposto no século XVIII pelo ideal demopédico iluminista, defendido entre outros filósofos por Condorcet, mas também como uma prioridade funcional da consolidação do Estado moderno, associando-se à aprendizagem do ler, escrever e contar a formação moral e cívica.

A democratização do ensino proposta pela ideologia republicana, a qual assentava na edificação de uma escolaridade elementar obrigatória, gratuita e laica (Fernando Catroga), vai requerer para as mulheres um conjunto de saberes úteis, práticos, adequados ao sexo, mas que, em simultâneo, fossem decalcados sobre os programas de estudos masculinos de modo a permitir a radicação de um forte sentimento nacional. A coeducação surge precisamente neste contexto, ou seja, na capacidade da escola formar novas sociabilidades que pudessem dar coesão a uma sociedade de indivíduos e de defender a nação. A escola - diziam alguns republicanos no início deste século - é a "oficina do cidadão". Será que também o foi da cidadã?

Teresa Pinto e Fernanda Henriques procuram dar resposta a esta questão pertinente, oferecendo-nos um olhar retrospectivo sobre a história, até à data tão mal conhecida, da coeducação e da igualdade de oportunidades, apontando igualmente pistas para a sua efectiva materialização no actual panorama escolar.

Associando à *vontade de saber* a experiência como docentes, as autoras propõem-nos, num estudo de excepcional qualidade e rigor científico, uma reflexão crítica sobre a *arqueologia do nosso sistema de ensino*, fornecendo-nos as chaves para a sua compreensão, desmontando os mecanismos que o condicionam, trazendo à liça os debates que acompanharam a generalização do ensino misto. A perspectiva comparativa seguida - sempre útil em trabalhos desta natureza - alarga o escopo da análise pondo em evidência as especificidades nacionais, os desfasamentos cronológicos entre países. E demonstram-nos que, na história da educação, a discriminação quanto ao sexo feminino só muito recentemente foi formulada e que por detrás da aparente neutralidade da sala de aulas se escondem relações de poder atravessadas pela dicotomia homem/mulher. E, com a serenidade de quem sabe que a coeducação e a igualdade de oportunidades na escola portuguesa é ainda um caminho em construção que se faz andando,

deixam-nos uma mensagem: a de que para denunciar é preciso conhecer e que só ao se tomar consciência das questões de género na prática pedagógica é possível transformá-la qualitativamente. Acompanhemolas neste percurso...